



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

Aos 24 dias do mês de outubro de 2012, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Economia e Obras Públicas, na sala Sophia do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 94/XII, relativa à reunião de 17 de outubro
2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Sr. Ministro da Economia e do Emprego
3. Apreciação e votação do requerimento do PCP para visitar as obras de construção/requalificação do IP8/A26 e do IP2, concessionada ao consórcio SPER - Sociedade de Exploração Rodoviária
4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 98/XII/2.^a (GOV) - Procede à alteração da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, da Lei n.º 24/96, de 31 de julho e da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, no sentido de se atribuir maior eficácia à proteção do consumidor
Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)
5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 100/XII/2.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013
Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)
6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII/2.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2013
Relator: cabe ao PCP
7. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução:
 - n.º 458/XII/2.^a (BE) - Recomenda ao Governo a manutenção do sistema de isenções e descontos em todas as ex-SCUT



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

- nº 401/XII/1^a (PCP) - Pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT e a manutenção das atuais isenções até a eliminação das portagens

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo que prevê um quadro geral de cooperação reforçada entre a União Europeia e a Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea [COM(2012)439]

Relator: Deputado Paulo Campos (PS)

9. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do acordo de cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre os programas de navegação por satélite europeus [COM(2012)470]

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)

10. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 147/XII/1.^a - Contra o encerramento do infantário da CP na cidade do Entroncamento

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

11. Petição n.º 174/XII/2.^a - Pretende que se legisle no sentido de alterar o prazo de concessão das Parcerias Público Privadas

- Apreciação e votação da nota de admissibilidade

- Nomeação de relator (cabe ao CDS-PP)

12. Outros assuntos

1. Apreciação e votação da ata n.º 94/XII, relativa à reunião de 17 de outubro



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

Neste ponto da ordem do dia, a ata n.º 94/XII/2.^a, relativa à reunião de 17 de outubro, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

2. Apreciação e votação do requerimento do PS para audição do Sr. Ministro de Estado e das Finanças e do Sr. Ministro da Economia e do Emprego

O Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Basílio Horta (PS) para se pronunciar sobre o conteúdo do requerimento apresentado pelo PS, relativo ao processo em curso, de privatização da transportadora aérea portuguesa, TAP.

Para o Senhor Deputado, o requerimento reflete a importância política e económica de que se reveste o mencionado processo, nomeadamente nas vertentes relativas ao desenvolvimento económico – exportações portuguesas e turismo -, às ligações aéreas às regiões autónomas, aos países de Língua Portuguesa e à diáspora, ao caderno de encargos e à transparência dos procedimentos.

Nesse sentido, considera que o país deve ser informado sobre o decurso do processo, em particular no tocante à sua transparência, uma vez que não considera ser normal a existência de apenas um candidato, sem que seja exercido qualquer contraditório, quando está em causa o património da transportadora aérea.

Em sua opinião, considera relevante apurar as razões que determinaram a retirada de outros candidatos, no caso, importantes empresas da área, perante o caderno de encargos que é anunciado pelo Governo e em que, no mesmo dia, é identificado o perfil de apenas um interessado.

Nessa perspetiva, disse o orador, por um lado, deve o caderno de encargos ser alterado, em nome da defesa dos interesses de Portugal e, por outro lado, torna-se importante conhecer os pareceres efetuados pelos consultores.

Um dos aspetos que também carecem de esclarecimento cabal, pelos membros do Governo, refere-se à questão das condições do processo de recompra. O Tribunal de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

Contas pode aferir da regularidade processual, mas a fiscalização política compete ao Parlamento, referiu o orador.

Assim, a finalizar a sua intervenção e face ao referido, o Senhor Deputado requereu a presença dos Senhores Ministros das Finanças e da Economia e do Emprego ou, por impedimento de ambos, a sua substituição pelos Senhores Secretários de Estado do Tesouro e dos Transportes, respetivamente.

Neste momento, o Senhor Presidente teve necessidade de se ausentar, pelo que assumiu a presidência o Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Fernando Serrasqueiro (PS) que, em sequência, deu a palavra aos Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Paulo Baptista Santos (PSD), Helder Amaral (CDS-PP) e, de novo, Basílio Horta (PS).

Interveio o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para referir que a TAP deve permanecer na esfera pública, sendo que o processo em curso é negativo para o país, para a economia nacional e para a própria companhia.

Ainda assim, embora considerasse que a TAP não devia ser privatizada, não apresentava objeções à audição das tutelas das finanças e dos transportes. Para o efeito, teria que ser previamente analisado o caderno de encargos.

O Senhor Paulo Baptista Santos (PSD) referiu que aderiria às questões apresentadas pelo Senhor Deputado Basílio Horta (PS) sobre a questão da fiscalização política e técnica e sublinhava a coerência do PCP e do BE ao propor a cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 210/2012, de 21 de setembro.

Contudo, em relação às preocupações manifestadas, deixava expressa a seguinte ideia: a consagração no caderno de encargos da importância da TAP se manter como companhia de bandeira e da salvaguarda do interesse dos trabalhadores e da sua participação no processo em curso.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

Uma vez que as equipas dos Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego estarão presentes no Parlamento, no âmbito do processo de discussão do Orçamento de Estado, os Deputados dispunham de todos os instrumentos parlamentares para as questionar sobre o assunto em apreciação.

Ao Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) afigurava-se que, tendo sido considerados normais pelo PS os anteriores processos de privatização da EDP e da REN, também o da TAP decorria com normalidade.

Não era possível obrigar as companhias aéreas que tinham desistido, durante o processo de privatização, a concorrer. A concorrente que tinha sido admitida preenchia as condições de garantia do interesse estratégico de Portugal, tendo o Governo salvaguardado todos os mecanismos necessários para esse efeito.

Em resposta, o Senhor Deputado Basílio Horta (PS) referiu que nos casos da EDP e da REN tinham existido vários concorrentes, o que neste caso, não tinha acontecido, uma vez que o caderno de encargos consubstanciava apenas a existência de um. E interrogava se as dificuldades se centravam nas contas da TAP. Neste sentido, na altura própria, requereriam as audições, em Comissão, do Presidente do Conselho de Administração e da Comissão de Trabalhadores da companhia.

Considerava de grande utilidade que houvesse um compasso de espera, para que o caderno de encargos fosse analisado e avaliado.

O entendimento do Senhor Paulo Baptista Santos (PSD) foi o de que o caderno de encargos, pelo seu rigor, afastava os concorrentes e uma das condições exigia a manutenção do *hub* em Lisboa.

Submetido à votação, foi o parecer rejeitado, com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos a favor do PS e PCP.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.ª SL

3. Apreciação e votação do requerimento do PCP para visitar as obras de construção/requalificação do IP8/A26 e do IP2, concessionada ao consórcio SPER - Sociedade de Exploração Rodoviária

No início deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente informou que a Comissão tinha recebido um convite do presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém para efetuar uma visita ao local das obras.

Em seguida, deu a palavra ao Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) para apresentar os termos do requerimento.

Então, o Senhor Deputado referiu que o IP8, tendo características particulares em termos territoriais, serve um dos mais importantes portos do país, o de Sines, porta de entrada para os combustíveis.

O abandono das obras de construção pela parte do consórcio SPER tinha criado uma situação de impraticabilidade desta via, em matéria de insegurança rodoviária e de perigosidade que dificultavam o tráfego, com consequências para a mobilidade das populações locais, para a ligação ao porto de Sines e a uma das mais importantes zonas agrícolas do país.

Considerava oportuno que, no âmbito da visita a realizar ao Alqueva, fossem organizados os trabalhos, por forma a incluir contactos a estabelecer com os autarcas e empresários daquela zona e também com a administração do porto de Sines. E que esta visita mais alargada ocorresse em momento anterior à audição do Presidente da Estradas de Portugal.

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) interveio para se associar à proposta apresentada pelo orador anterior, entendendo que a iniciativa programada ao Alqueva podia ser compatibilizada com a visita ao IP8.

O Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) embora compreendesse as consequências graves originadas pelo abandono da obra em causa, foi de opinião de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

que os Grupos Parlamentares podiam emitir alertas, dispondo dos instrumentos adequados e destinados a avaliar este tipo de situações. Defendeu ainda que a Comissão devia ouvir, primeiramente, o Presidente da Estradas de Portugal.

Novamente, o Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS), intervindo, referiu que o argumento anteriormente apresentado não era impeditivo de realizar a visita ao IP8 e sugeria que estas iniciativas da Comissão poderiam ser acompanhadas pelos responsáveis das áreas. Assim, o Presidente da Estradas de Portugal poderia acompanhar a mencionada visita programada.

Em seguida, o Senhor Deputado Paulo Baptista Santos (PSD), no uso da palavra, embora concordasse com a intervenção anterior, no caso presente, parecia-lhe mais útil que a audição ao Presidente da Estradas de Portugal ocorresse em momento anterior à visita.

Face ao expandido e a finalizar, o Senhor Presidente anunciou o adiamento da votação do requerimento em apreciação para o momento posterior à audição do Presidente da Estradas de Portugal, se se conseguisse agendar essa audição brevemente, ou, caso não, para a reunião seguinte, com o acordo dos Senhores Deputados presentes.

4. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 98/XII/2.^a (GOV) - Procede à alteração da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, da Lei n.º 24/96, de 31 de julho e da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, no sentido de se atribuir maior eficácia à proteção do consumidor

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) apresentou sucintamente o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 98/XII/2.^a (GOV) - Procede à alteração da Lei n.º 23/96, de 26 de julho, da Lei n.º 24/96, de 31 de julho e da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro, no sentido de se atribuir maior eficácia à proteção do consumidor.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV

5. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 100/XII/2.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013

Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

O Senhor Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS) apresentou sucintamente o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 100/XII/2.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2013.

Submetido à votação, foi o parecer aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

6. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII/2.^a (GOV) - Aprova o Orçamento do Estado para 2013

Relator: cabe ao PCP

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

7. Discussão em Comissão dos Projetos de Resolução:

- n.º 458/XII/2.^a (BE) - Recomenda ao Governo a manutenção do sistema de isenções e descontos em todas as ex-SCUT

- n.º 401/XII/1^a (PCP) - Pela abolição das portagens nas antigas autoestradas SCUT e a manutenção das atuais isenções até a eliminação das portagens

O Senhor Presidente da Comissão começou por dar a palavra à Senhora Deputada Catarina Martins para apresentar o Projeto de Resolução n.º 458/XII subscrito pelo BE, a que se seguiu o Senhor Deputado Bruno Dias para expor os motivos constantes no Projeto de Resolução n.º 401/XII, da autoria do PCP.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE), em relação ao assunto em apreciação, destacou que a forma continuada de denúncia efetuada pelo partido que representa assenta, essencialmente, em aspetos relativos às assimetrias regionais, agravadas



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

pelos desequilíbrios, motivados, no caso presente, pela introdução de portagens nas ex-SCUT.

A introdução do pagamento das portagens nas ex-SCUT veio originar o desvio do tráfego para o centro das localidades, o que tem contribuído para o prejuízo das populações locais, em matéria de custos sociais, ambientais e de segurança rodoviária. Verifica-se, assim, que tal medida governamental afeta as condições para o crescimento da economia local, carreando consequências para o desenvolvimento regional.

No decurso da sua intervenção, a Senhora Deputada serviu-se de exemplos como a atual situação em que se encontra o Mosteiro da Batalha, monumento nacional exposto a um nível de poluição muito mais elevado, e o início do ano letivo para os jovens, em termos de mobilidade, para demonstrar as consequências nefastas do desvio de tráfego.

Face aos prejuízos cometidos às populações locais e à economia do país, por um lado, e a necessidade de serem protegidas, por outro, a iniciativa apresentada propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que mantenha o sistema de isenções e descontos em todas as ex-SCUT.

Na sua intervenção, o Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) salientou três questões nucleares inscritas na referida iniciativa: a abolição das portagens; a manutenção das atuais isenções e descontos até à eliminação das portagens; e a revisão dos critérios territoriais para corrigir a exclusão de concelhos próximos de autoestradas SCUT.

Como exemplo de região atingida com consequências graves, referiu-se à Beira Interior, na qual, um conjunto de empresários deu conta do impacto negativo provocado pela introdução de portagens na A23, A24 e A25 e pelo consequente desvio de tráfego, em termos do aumento da poluição de proximidade, da maior sinistralidade e da falta de alternativas de transportes.



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

Mencionou, ainda, o facto de o Tribunal de Contas ter constatado num relatório recente, produzido na sequência da auditoria sobre as parcerias público-privadas rodoviárias, que a introdução de portagens nas SCUT configura uma medida nociva para as populações, mas favorável para as concessionárias das mesmas.

Nesse sentido, propunha o reequacionamento dos critérios territoriais e do mapa de isenções anteriores, uma vez que o que era pretendido centrava-se na revisão do sistema de financiamento da rede viária em Portugal.

Sobre ambas as iniciativas em apreciação pronunciaram-se os Senhores Deputados Paulo Campos (PS), Hélder Amaral (CDS-PP), Paulo Cavaleiro (PSD) e, no final, os Senhores Deputados Catarina Martins (BE) e Bruno Dias (PCP).

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) começou por recordar o processo de introdução das portagens, o qual tinha surgido por exigência do PSD. O PS, num esforço de diálogo, tinha pedido para ser criado o princípio de discriminação positiva, eliminado agora pelo atual Governo.

Concordava com a proposta apresentada pelo BE, uma vez que se enquadrava nesse princípio, constatando-se agora que as populações se encontram afastadas de níveis de desenvolvimento positivo.

No mesmo sentido, dava o seu acordo à iniciativa apresentada pelo PCP.

Lavrando uma declaração de forte crítica política ao PSD, por abolir a discriminação positiva do interior, lembrava que a medida não resultava da implementação de uma obrigação comunitária, tendo em conta que Portugal, sendo um Estado de direito, deve defender os interesses das suas populações. Por fim, sublinhou a necessidade de se atribuir igualdade de oportunidades em termos de desenvolvimento das populações.

Ao Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) afigurava-se que a introdução de portagens devia regular o tráfego. Embora defendesse isenções regionais, havia que



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

cumprir com o Estado de direito e não ferir o princípio de igualdade, encontrando o equilíbrio no que concerne às regras comunitárias.

Relativamente às iniciativas apresentadas não divisava propostas alternativas, mas lembrava que a fatura relativa às ex-SCUT é muito pesada. Quanto a estas vias, referiu que, embora permitissem o desenvolvimento do interior, o facto de se estar perante um estado de necessidade a queurgia dar resposta, levou a que fossem portajadas, embora pugnassem pela introdução de descontos, defendendo que quem mais as utiliza, menos deve pagar.

Dando início à sua intervenção, o Senhor Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) começou por referir que as pessoas sempre pensaram que as autoestradas se pagavam a si próprias por influência dos Governos socialistas. Tinha cabido ao PS a introdução de portagens em algumas dessas vias, e noutras não, por questões eleitorais, sendo que o regime de isenção aplicado também era da sua autoria. Na ocasião, o PSD tinha reclamado da ausência de critérios, nesta matéria.

Deu como exemplo contrário as portagens nas zonas de Vale de Cambra e Arouca que, não tendo usufruído de qualquer desconto, iam agora passar a contar com uma melhor solução. Além do novo regime de cobrança de portagens nas ex-Scut, com as tarifas 15% mais baixas para todos os utilizadores, aplica-se ainda complementarmente um regime especial para as empresas transportadoras de mercadorias que beneficiam de um desconto de 10% nas passagens durante o dia e de 25% à noite.

Em conclusão, o Senhor Deputado salientava que o processo relativo ao pagamento de portagens devia ter um carácter permanente na sua avaliação e concordava com o Senhor Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) quando referia que à maior utilização destas vias devia corresponder um pagamento menor. Este aspeto consubstanciava uma das vertentes a incluir nesse quadro de evolução e de acompanhamento.

A finalizar, a Senhora Deputada Catarina Martins (BE) reforçou a nota de que os vários estudos efetuados sobre estas matérias apontavam para a existência de



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.^a SL

prejuízos para a economia local e que o princípio do utilizador-pagador relaciona-se com a área do ambiente, tendo afirmado que a adoção deste princípio a outras áreas abre um grave precedente.

O Senhor Deputado Bruno Dias (PCP) manifestou preocupação com as dificuldades encontradas no âmbito do turismo de curta duração, nomeadamente no que se refere às zonas raianas.

Salientou que o processo relativo ao sistema de descontos e isenções anunciado pelo Governo, já de si contendo injustiças, era agora agravado com a eliminação daqueles, designadamente no tocante às zonas excluídas, devido aos critérios das unidades territoriais em vigor.

8. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo que prevê um quadro geral de cooperação reforçada entre a União Europeia e a Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea [COM(2012)439]

Relator: Deputado Paulo Campos (PS)

O Senhor Deputado Paulo Campos (PS) apresentou sucintamente o parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo que prevê um quadro geral de cooperação reforçada entre a União Europeia e a Organização Europeia para a Segurança da Navegação Aérea [COM(2012)439]

Submetida à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

9. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do acordo de cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre os programas de navegação por satélite europeus [COM(2012)470]

Relator: Deputado João Paulo Viegas (CDS-PP)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.ª SL

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

**10. Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 147/XII/1.ª -
Contra o encerramento do infantário da CP na cidade do Entroncamento
Relator: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)**

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

**11. Petição n.º 174/XII/2.ª - Pretende que se legisle no sentido de alterar o
prazo de concessão das Parcerias Publico Privadas
- Apreciação e votação da nota de admissibilidade
- Nomeação de relator (cabe ao CDS-PP)**

Este ponto da ordem do dia foi adiado para a reunião seguinte.

12. Outros assuntos

Questionado pelo Senhor Deputado Agostinho Lopes (PCP) sobre informação complementar relativamente à audição da Autoridade da Concorrência, o Senhor Vice-Presidente Fernando Serrasqueiro (PS), respondeu que, não a tendo, iria transmitir a questão ao Senhor Presidente.

A reunião foi encerrada às 13:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2012.

O PRESIDENTE

(LUÍS CAMPOS FERREIRA)



COMISSÃO DE ECONOMIA E OBRAS PÚBLICAS

ATA NÚMERO 95/XII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Lopes
Ana Paula Vitorino
Carina Oliveira
Catarina Martins
Duarte Cordeiro
Fernando Serrasqueiro
Helder Amaral
João Paulo Viegas
Luís Campos Ferreira
Luís Leite Ramos
Nuno Encarnação
Nuno Filipe Matias
Paulo Batista Santos
Paulo Ribeiro de Campos
Rui Paulo Figueiredo
Bruno Dias
Nuno Serra
Paulo Cavaleiro
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Eduardo Teixeira
Luís Menezes
Pedro Pinto

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Adriano Rafael Moreira
Cláudia Monteiro de Aguiar
Fernando Jesus
Heloísa Apolónia
Hortense Martins